Publicado na Folha de S.Paulo em 21/10/2022.

VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ nº 09.231.462/0001-94

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2021.

Balanços Patrimoniais Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	12	20
Títulos e valores mobiliários	4	41	12.578
Contas a receber	5	689	1.145
Imóveis a comercializar	6	293	293
Demais contas		2	2
		1.037	**14.039**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	1.181	1.388
Créditos a receber com partes relacionadas	9	932	932
Impostos e contribuições a compensar		111	528
Demais contas		176	377
		2.400	**3.225**
Total do ativo		**3.437**	**17.264**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços		50	43
Provisão para manutenção de imóveis		3	73
Impostos e contribuições a recolher		15	31
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	8	55	39
Obrigações a pagar com partes relacionadas	9	1.690	702
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	10	186	319
Demais contas		-	44
		1.999	**1.251**
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	10	172	343
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	8	98	92
		270	**435**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		2.315	30.911
Reservas de lucros:			
Reserva legal		-	-
Lucros/Prejuízos Acumulados		(1.147)	(15.333)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos:			
Total do patrimônio líquido		**1.168**	**15.578**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.437**	**17.264**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Receita bruta operacional			
Incorporação e revenda de imóveis		788	865
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.187)	-
		(399)	**865**
Deduções da receita bruta		(17)	(19)
Receita líquida operacional		**(416)**	**846**
Dos imóveis vendidos		(1.858)	(558)
Custo das vendas e serviços realizados		**(1.858)**	**(558)**
Lucro (Prejuízo) bruto operacional	12	**(2.274)**	**288**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas		(30)	(46)
Despesas gerais e administrativas	13	(370)	(217)
Resultado de participações societárias:			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	40	(325)
Prejuízo bruto antes do resultado financeiro		**(2.634)**	**(301)**
Resultado Financeiro		**337**	**385**
Despesas financeiras	15	(6)	(3)
Receitas financeiras	15	343	387
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do IR e CS		**(2.297)**	**84**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	8	(10)	(7)
Corrente	8	(103)	(111)
		(113)	**(119)**
Prejuízo líquido do exercício		**(2.410)**	**(35)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	(2.410)	(35)
Resultado Abrangente Total do Exercício, Líquido de Impostos	**(2.410)**	**(35)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2019	**30.911**	**(15.298)**	**15.613**
Prejuízo líquido do período	-	(35)	(35)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2020	**30.911**	**(15.333)**	**15.578**
Redução de capital	(28.596)	16.596	(12.000)
Prejuízo líquido do período	-	(2.410)	(2.410)
Em 31 de Dezembro de 2021	**2.315**	**(1.147)**	**1.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(2.297)	84
Ajustes por:		
Impostos diferidos	12	8
Provisões para garantia	-	558
Rendimentos de titulos e valores mobiliários	(242)	(357)
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(304)	32
Provisões para risco de crédito	1.187	277
	(1.644)	602
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(524)	(401)
Imóveis a comercializar	-	-
De partes relacionadas	989	11
Impostos e contribuições a compensar	417	19
Demais contas ativo	201	-
Impostos e contribuições a recolher	(23)	(118)
Fornecedores de Bens e Serviços	7	(20)
Provisão para manutenção de imóveis	(1.928)	(741)
Provisões para garantia	1.858	-
Outros passivos	(44)	42
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:	(691)	(606)
Impostos e contribuições pagos	(96)	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(787)	(606)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-
Recebimento de dividendos	-	-
Aumento (redução) de investimento	-	-
Aquisição de ativo intangível	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	12.779	601
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	12.779	601
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução de capital	(12.000)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(12.000)	-
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(8)**	**(5)**
Saldo inicial do exercício	20	25
Saldo final do exercício	12	20
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(8)**	**(5)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (*Em milhares de Reais*)

1. Contexto Operacional: A VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de novembro de 2007 sob o nome CBR 800 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e foi transformada em sociedade anônima de capital fechado em 21 de maio de 2008. A Companhia possui sede na Rua do Rócio, 109 - 3º andar, sala 01 - São Paulo - SP e tem como objeto social exclusivo o planejamento, a promoção, o desenvolvimento e a incorporação do empreendimento imobiliário em terreno situado na Avenida Tancredo Neves, 2.915 e 2.915/B, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Os empreendimentos administrados pela Companhia são os seguintes: (a) o empreendimento CEO Shopping Salvador, que foi lançado em junho de 2008 e concluído em janeiro de 2014; e (b) o empreendimento Condomínio Mandarim Salvador Shopping, que foi lançado em maio de 2008 e concluído em 22 de novembro de 2012. A Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações é responsável pela gestão das operações da Companhia e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como pandemia. Desde então, nossa sociedade precisou se adaptar conforme evoluía a situação sanitária e econômica. Passamos neste exercício por muitas mudanças de cenário e mantivemos sempre como prioridade a saúde e segurança de todos os nossos stakeholders, adotando diversas medidas e seguindo todos os protocolos recomendados. Mais recentemente, com a evolução do programa de imunização, a situação sanitária apresentou uma melhora relevante, o que se traduziu em um aumento da mobilidade e relaxamento das restrições em todo o país. Isso se traduziu também em uma retomada mais acelerada das nossas operações. De toda forma, continuamos e continuaremos seguindo todos os protocolos e mantemos o regime de home office para a maioria dos nossos colaboradores de escritório. A Empresa tem como prática efetuar exercícios de fluxo de caixa periódicos que englobam vários cenários visando a manutenção do caixa da Empresa em patamares saudáveis. Com base nessas projeções, não se espera pressões no caixa para os próximos 12 meses. Para a continuidade das operações as despesas da Companhia serão custeadas pela acionista majoritária e controladora Cyrela Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Apresentação e base de preparação: ***(i) Declaração de conformidade:*** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. ***(ii) Base de elaboração:*** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis deste relatório. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, mensuração do custo orçado de empreendimentos, impostos diferidos ativos, dentre outros. As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir: ***(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:*** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O teste de perda por redução ao valor recuperável de estoques de imóveis a comercializar e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado anualmente e/ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. ***(ii) Provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos de clientes:*** A Companhia mensura a provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos baseado em premissas que consideram o histórico de suas operações correntes e suas estimativas. Tais premissas são revisadas anualmente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos. ***(iii) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:*** A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (Nota 10). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cíveis, tributárias e trabalhistas. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas:** ***2.3.1. Apuração do resultado de incorporação imobiliária, venda de imóveis e outras:*** *(i) A apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis é feita segundo os seguintes critérios:* **a.** Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar"; • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber"; • Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis"; • Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; • As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas. **b.** Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os estoques. A Companhia também reconhece, por efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado. ***2.3.2. Instrumentos financeiros:*** Os principais instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar, entre outros. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir: *(i) Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os diretos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outros. *(ii) Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado:* Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. A Companhia não adota a prática contábil de *Hedge Accounting.(iii) Passivos financeiros:* **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os outros passivos financeiros, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. ***2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa:*** A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias. ***2.3.4. Títulos e valores mobiliários;*** Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos exclusivos. São classificados como valor justo por meio do resultado, apresentados pelo custo de aquisição acrescido por juros, correção monetária, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável. ***2.3.5. Contas a receber:*** O saldo da rubrica "Contas a receber" é mensurado pelo montante original de venda contratual, atualizado com juros prefixados e apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Companhia considera o risco de crédito como sendo baixo, uma vez que há garantia real de recuperação dos ativos vendidos e assim não constitui provisão para créditos de realização duvidosa. Caso existam indícios de que o valor registrado é menor que o valor recuperável do contas a receber, a provisão é constituída. ***2.3.6. Imóveis a comercializar:*** *(i) Formação do custo:* Os imóveis prontos a comercializar, são demonstrados ao custo de formação, que não excede o seu valor líquido realizável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado, deduzidos os custos para finalizar o empreendimento (se aplicável), as despesas de vendas e os tributos. O custo de formação compreende o custo para aquisição do terreno, gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais, gastos com incorporação, gastos de construção relacionados com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, e compreende também o custo financeiro incorrido durante o exercício de construção, até a finalização da obra. *(ii) Capitalização de encargos financeiros.* Os juros dos financiamentos para construção, identificados diretamente aos empreendimentos imobiliários, são qualificados a serem capitalizados como custo dos imóveis a comercializar na ocorrência dos seguintes fatos: (i) que as atividades necessárias para a construção ou para preparar o imóvel para comercialização estejam em progresso; e (ii) que os custos com empréstimos, financiamentos e certificados de recebíveis e debêntures estejam sendo incorridos. Os encargos financeiros capitalizados e mantidos nos estoques de imóveis a comercializar são calculados proporcionalmente às unidades imobiliárias não comercializadas, sendo os encargos financeiros calculados proporcionalmente às unidades imobiliárias já comercializadas integralmente apropriados ao resultado, como custo das unidades imobiliárias vendidas. *(iii) Segregação entre circulante e não circulante:* A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente. ***2.3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:*** *(i) Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício. O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Conforme facultado pela legislação tributária, optamos pelo regime de lucro presumido. Para essa sociedade, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição. Conforme facultado pela legislação, a incorporação de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens, direitos e obrigações a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Adicionalmente, efetuaram a opção irrevogável pelo "Regime Especial de Tributação - RET", segundo o qual o imposto de renda e contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando PIS e COFINS sobre as receitas). *(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Quando aplicável, a Companhia reconhece o imposto diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Os prejuízos fiscais acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Sociedades que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em anos subsequentes. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. ***2.3.8. Demais ativos e passivos:*** Os demais ativos e passivos são apresentados ao valor de custo ou de realização (ativos), ou para valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos. ***2.3.9. Provisões:*** *(i) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas nas demonstrações financeiras da Companhia. *(ii) Provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos de clientes:* A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas, conforme premissas definidas pela Companhia. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado, conforme nota explicativa nº 2.3.1 i). *(iii) Provisão para garantia:* Constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos no exercício de garantia, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida ao resultado (custo), à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida, em geral cinco anos a partir da entrega do empreendimento. *(iv) Provisão para redução do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):* A Companhia avalia eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais rubricas sujeitas à avaliação de recuperação são: "Imóveis a comercializar", e "Títulos e valores mobiliários". Para os ativos com vida útil indefinida, a Companhia avalia, no mínimo anualmente, independentemente da existência de quaisquer indícios, o valor recuperável. Caso o valor recuperável seja menor que o valor contabilizado, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. ***2.3.10. Impostos sobre vendas:*** No regime de tributação de lucro presumido, de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta. ***2.3.11. Dividendos:*** A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada com uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. **2.4. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas:** As normas e interpretações abaixo listadas foram alteradas e/ou atualizadas:

Data efetiva	Novos requerimentos atualmente em vigor:
1º de janeiro de 2021	**Reforma da taxa de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)
1º de abril de 2021	**Benefícios relacionados à COVID-19** concedidos para arrendatários en contratos de arrenamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

Futuros requerimentos:

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitda para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	**Contratos Onerosos**: Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	**Classificação de passivos:** como circulantes ou não circulantes (CPCs 26 e 23); **Divulgação de Políticas Contábeis** (Alterações ao CPC 26); **Definição de estimativa contábil** (Alterações ao CPC 23); **Imposto diferido** relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

A Administração da Empresa está acompanhando as atualizações e novas normas e interpretações emitidas, e em sua avaliação não espera impactos significativos em suas demonstrações financeirass.

3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia tem como caixa e equivalentes de caixa o montante de R$12 em 31 de dezembro de 2021 (R$20 em 31 de dezembro de 2020).

4. Títulos e valores mobiliários: A Companhia possui aplicação nos fundos de investimentos exclusivos administrados pelo Banco Safra S.A, no valor total de R$41. A instituição financeira é responsável pela custódia dos ativos integrantes da carteira do fundo e pela liquidação financeira de suas operações. Os fundos são compostos por títulos de renda fixa e foram remunerados à taxa média de 117,99% do CDI, sendo que o valor total é mensurado via AVJ, em linha com o CPC 48/IFRS 9, que considera para esta classificação tanto o modelo de negócios da Companhia, quanto as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (R$12.578 em 31 de dezembro de 2020 remunerados à taxa média de 101,06%).

5. Contas a receber: As contas a receber estão, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM acrescido de 12% ao ano, calculado pelo Sistema da Tabela Price.

	2021	2020
Incorporação e revenda de imóveis		
Contas a receber de vendas apropriadas	3.751	3.227
(-) Provisão para risco para crédito	(1.880)	(694)
Total Contas a Receber	1.870	2.533
Total no Ativo Circulante	689	1.145
Total no Ativo Não Circulante	1.181	1.388

Cronograma estimado dos recebíveis: A carteira é totalizada por recebíveis com expectativa de recebimento nos seguintes períodos:

	2021	2020
12 meses	582	1.145
24 meses	262	443
36 meses	225	243
48 meses	136	178
Acima de 48 meses	665	525
	1.870	2.533

Em 31 de dezembro de 2021 o montante das parcelas vencidas há mais de 360 dias em nossa carteira de recebíveis era de R$ 1.541 (R$ 904 em 31 de dezembro de 2020).

6. Imóveis a comercializar: Os imóveis a comercializar são demonstrados ao custo de formação, que não excede o seu valor líquido realizável, registrado como imóveis concluídos no montante de R$ 293 (R$ 293 em 31 de dezembro de 2020).

7. Provisão para manutenção de imóveis

	2021	2020
Provisões para garantia de obra (i)	3	73
Total	3	73
Total no Passivo Circulante	3	73

(i) A Companhia oferece garantia para seus clientes na venda de seus imóveis. Essas garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens e são prestadas por exercícios que variam até cinco anos após a conclusão da obra e são parcialmente compartilhados com os fornecedores de bens e serviços.

8. Operações tributárias: a. Composição de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS de recolhimentos diferidos: São registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento das vendas de imóveis (Instrução Normativa SRF nº 84/79), e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.266/09 e Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação CVM n° 624/10 (OCPC 01(R1)). A seguir, quadro com os saldos dos impostos e das contribuições de recolhimento diferidos:

	2021	2020
IRPJ	48	41
CSLL	25	22
	73	63
PIS	14	12
COFINS	66	56
	80	68
Total	153	131

O recolhimento efetivo desses tributos ocorre em prazo equivalente ao do recebimento das parcelas de vendas.

b. Despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício: As despesas de imposto de renda e contribuição social, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, podem ser assim conciliadas com o resultado antes dos impostos:

	2021	2020
Receita com venda de imóveis	775	835
(x) Alíquota nominal	1,92%	1,92%
	(15)	(16)
Receita com venda de imóveis	13	30
(x) Alíquota nominal	3,80%	3,80%
	-	(1)
Outras Receitas	(98)	(102)
	(113)	(119)
Diferido	(10)	(7)
Corrente	(103)	(111)

9. Transações entre partes relacionadas: Os saldos em partes relacionadas são assim apresentados:

	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
Ourico Empreendimentos Ltda (i)	-	-	23	17
Cyrela Brazil Realty Empreendimentos Imobiliários S/A (ii)	-	-	29	249
NE 1100 Participações Ltda (iii)	-	-	146	42
NE300 Participações S/A (i)	932	932	665	675
Cyrela Nordeste Empreendimentos Imobiliários Ltda (v)	-	-	827	-
Total	932	932	1.690	983

(i) Refere-se, substancialmente, a redução de capital. (ii) Refere-se, substancialmente, a notas de débito e destinação de lucros. (iii) Refere-se, substancialmente, a destinação de lucros. (iv) Refere-se, substancialmente, a participação a pagar no passivo e, dividendos a receber no ativo. (v) Refere-se, substancialmente, a aportes no período.

10. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. **Perdas prováveis:** A Companhia possui ações de natureza cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31.12.2020	**567**	**77**	**19**	**663**
Adições	98	28	-	126
Pagamento	(220)	-	(28)	(248)
Reversão	(223)	(12)	-	(235)
Atualizações	22	21	9	52
Saldo em 31.12.2021	**244**	**114**	**-**	**358**

As despesas com constituição de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas está classificada no resultado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. **Perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui ações de natureza cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e (R$ 87 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não há provisão constituída.

11. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social, no montante de R$2.315 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 30.911 em 31 de dezembro de 2020), está representado por 2.315 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Conforme determinado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2021, foi aprovado redução de capital no montante de R$ 28.596, passando, portanto de R$ 30.911 para R$ 2.315 nos termos do artigo 173 da lei 6.404/76 sendo R$ 16.596 para absorção de prejuízos acumulados e R$ 12.000 com o cancelamento proporcional a cada acionista. O prejuízo líquido do exercício, quando destinado, ou vai ser absorvido na conta de "Reserva de lucros" isto é, quando tiver saldo em reserva de lucros ou vai ser destinado para a rubrica de prejuízos acumulados. **b. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, nas políticas nem nos processos de estrutura de capital.

12. Lucro (prejuízo) bruto operacional: A seguir está apresentada a composição da receita líquida e dos custos relacionados às receitas, apresentados na demonstração do resultado:

	2021	2020
Receita Bruta Operacional		
Incorporação e Revenda de Imóveis	788	865
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.187)	-
Deduções da Receita Bruta	(17)	(19)
Receita Liquida Operacional	(416)	846
Custo de Vendas dos imóveis vendidos	(1.858)	(558)
Lucro/(Prejuízo) Bruto Operacional	**(2.274)**	**288**

13. Despesas gerais e administrativas: Os principais gastos incorridos nos períodos podem ser assim apresentados:

	2021	2020
Aluguel, utilidades e viagens	(1)	6
Indenizações	(248)	(147)
Outros administrativos	(31)	(5)
Serviços de terceiros - adm.	(90)	(72)
	(370)	**(217)**

14. Outras Despesas Operacionais: Os principais gastos incorridos nos períodos podem ser assim apresentados:

	2021	2020
Provisão para Crédit. de Liquid. Duvidosa	-	(277)
Provisão para Contingência	305	(32)
Demais receitas (despesas) operacionais	(266)	(16)
	40	(325)

15. Resultado Financeiro: As principais despesas e receitas incorridos no exercício podem ser assim apresentadas:

Despesas Financeiras

	2021	2020
Despesas Bancárias	(1)	(1)
Outras Despesas Financeiras	(5)	(1)
	(6)	(2)
Receitas Financerias		
Rendimentos de Aplicações	242	357
Juros ativos diversos	92	22
Descontos Obtidos	9	-
Outras receitas financeiras	1	9
	343	387
Resultado Financeiro Líquido	**337**	**385**

16. Instrumentos Financeiros: a. Resumo dos principais instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

	2021	2020
Ativos financeiros	**2.855**	**16.063**
Avaliados pelo valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários (i)	41	12.578
Avaliados pelo método do custo amortizado:		
Contas a receber	1.870	2.533
Créditos com partes relacionadas	932	932
Passivos financeiros	**1.743**	**1.099**
Avaliados pelo método do custo amortizado:		
Provisão para manutenção de imóveis	3	73
Fornecedores de bens e serviços	50	43
Obrigações com partes relacionadas	1.690	983

A Companhia possui instrumentos financeiros no qual são mensurados a valor justo, então neste cenário é aplicado a regra de hierarquia do valor justo vide CPC 46, que requer que a Companhia faça uma avaliação da hierarquia do valor justo que são classificados em três níveis a seguir: (i) Nível 1 – São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso a data da mensuração. (ii) Nível 2 – São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. (iii) Nível 3 – Informações (inputs) de nível 3 são dados observados para o ativo ou passivo. **b. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e do INCC para contas a receber, da TR e do CDI para financiamentos e do CDI para títulos e valores mobiliários.

	Posição 2021	Fator de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fundos de Investimentos	41	CDI	11,73%	8,80%	5,86%
Receita projetada			5	4	2
Contas a Receber	1.870	IGPM	6,18%	4,64%	3,09%
Receita projetada			109	82	54

c. Considerações sobre riscos e gestão de capital: Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: ***(i) Risco de mercado:*** O risco de mercado está atrelado as flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro num mercado ativo. Os preços de mercado são afetados, principalmente, pela variação na taxa de juros (inflação) e pela flutuação da moeda estrangeira. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos • **Risco de taxa de juros:** os resultados da Companhia estão sujeitos a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e dívidas, principalmente pelo CDI em contas a receber de clientes que são remuneradas pelo IGPM + 12% a.a. calculados pela Tabela Price conforme o modelo de contrato. • **Risco de distratos de clientes:** A Companhia aplica com eficiência suas políticas de análise de crédito visando a garantia do crédito ao final da obra e repasse definitivo do cliente ao banco. Apesar disso, um número maior de clientes tem procurado a Companhia buscando distratar seus respectivos contratos de promessa de compra e venda, reflexo da retração da economia brasileira. ***(ii) Risco de crédito:*** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumentos financeiros e contratos de compra e venda de imóveis, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. Adicionalmente, a Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (i) atrasos no pagamento das parcelas; (ii) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão para distrato é registrada. O montante a ser registrado nesta provisão considera que o imóvel será recuperado pela Companhia, que eventuais montantes poderão ser retidos quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores, entre outros. ***(iii) Risco de liquidez:*** O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude das diferentes moedas e dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. ***(iv) Derivativos:*** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuiu operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Aprovação das demonstrações financeiras: Em 30 de maio de 2022, as demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2021, estando aprovadas para divulgação.

A Diretoria
Raquel Alves de Araújo Tonhatto
Contadora - CRC: 1SP 281214

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A - *São Paulo – SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 30 de maio de 2022

KPMG **Auditores Independentes Ltda** — CRC SP 027685/O 0 F SP
Eduardo Tomazelli Remedi — Contador - CRC 1SP-259915/O-0

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 20/10/2022 16:35:11 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/20256

ICP Brasil